

SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 27/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 02000.010024/2025-69

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Comissaria Aérea de Bordo, sob demanda, para fornecimento de refeições, incluso o serviço de *handling* (entrega feita diretamente na aeronave) no Aeroporto Internacional de Brasília e na Base Aérea de Brasília, nas viagens nacionais e internacionais da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e comitiva, realizadas por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira – FAB.

2.2. O cumprimento das competências legais da MMA exige a realização de inúmeros serviços acessórios, instrumentais ou complementares, que não se confundem com as atribuições típicas dos membros das carreiras do quadro próprio de pessoal.

2.3. Em face disso, faz-se necessária a contratação de serviços de comissaria aérea de bordo, com vistas ao fornecimento de refeições e lanches para ser executado em aeronaves oficiais, em missões da Ministra de Estado do Meio Ambiente e comitiva, em seus deslocamentos oficiais.

2.4. Cumpre salientar que a presente contratação será realizada em substituição à Nota de Empenho 2024NE000658 (SEI 1856070), com força de contrato, em favor da empresa **ASAP FACILITIES SERVICOS DE CONFORTO E CONVENIENCIA LTDA**, pertencente ao processo nº 02000.008778/2024-78, cujo objeto consiste na contratação de serviços de comissaria aérea, sob demanda, para fornecimento de refeições, incluso o serviço de *handling* (entrega feita diretamente na aeronave), no Aeroporto Internacional de Brasília - DF, Base Aérea de Brasília-DF em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e comitiva, em seus deslocamentos oficiais, que terá sua vigência encerrada dia **18/12/2025**. Portanto é necessário a realização de nova contratação, observando os preceitos contidos na Instrução Normativa nº 5/2017 e demais legislações de regência.

2.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

2.6. Outrossim, os serviços a serem contratados encontram-se no rol não taxativo, previsto na Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

I - alimentação;

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."

2.7. Em razão dos motivos acima elencados, resta comprovada a essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previstos no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015.

2.8. Para fins no disposto no Decreto nº 10.193, de 2019, declaramos que o objeto da contratação constitui atividade de custeio.

2.9. A presente contratação visa atender demanda a ser solicitada em qualquer dia da semana, podendo ser durante o dia, à noite e até mesmo nos finais de semana e feriados, pelo período de 12 (doze) meses.

2.10. Os serviços poderão ser demandados em qualquer dia da semana, incluindo sábado, domingo e feriado, nas 24 (vinte e quatro) horas do dia.

2.11. Considerando o fato de que este Ministério atua em todo o território nacional, muitos desses compromissos, ou eventos, são realizados em outros estados, demandando a presença da autoridade máxima desse órgão. Assim, é notória a necessidade de realizar deslocamentos oficiais por meio de aeronaves oficiais da Força Aérea Brasileira - FAB, assim como a contratação dos serviços de comissaria de bordo, uma vez que em tais voos não são fornecidos alimentos aos passageiros. Vale salientar que, algumas vezes, os voos são de longa duração e de caráter urgente e compreendem, inclusive, os horários destinados às refeições diárias básicas (café da manhã, almoço e jantar), tornando ainda mais factível a necessidade desse serviço.

2.12. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 10/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 28;
- IV) Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;
- V) Identificador da Futura Contratação: 440001-35/2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Gestão Administrativa - CGGA-SPOA	Anne Gracielle da Silva Roque

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Natureza, classificação dos serviços e da adoção da dispensa de licitação e sua forma eletrônica

4.1.1. A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital/aviso de contratação direta, por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.2. Considerando o enquadramento acima e em cumprimento às determinações da Lei nº 14.133, de 2021 e da IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, será realizada a Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, em virtude de o valor da contratação ser inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), limite máximo atualmente estabelecido para essa modalidade, conforme atualização promovida pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

4.1.2.1. A seleção do fornecedor será realizada pela ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, a qual será fixado o prazo para abertura do procedimento e envio de lances, não inferior a 3 (três) dias, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos da IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

4.1.2.2. A adoção da dispensa de licitação se mostra como mecanismo mais adequado para garantir maior competitividade, economicidade, transparência e celeridade ao processo para atendimento às exigências do Ministério.

4.1.2.3. Nos termos do § 1º, inciso I, artigo 75, da Lei nº 14.133/21, para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos para a dispensa de licitação, em razão do valor, deve ser o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora. Dessa forma, tal dispositivo permite a contratação continuada por meio do art.75, II, da Lei nº 14.133/2021, desde que o valor da contratação pelo exercício financeiro esteja dentro daquele estabelecido para a dispensa.

4.1.2.4 Neste sentido, a AGU elaborou a Orientação Normativa nº 87, de 16 de dezembro de 2024, a qual traz o seguinte enunciado:

Para fins de dispensa de licitação em razão do valor (incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021) destinada a contratos de fornecimento ou serviço continuado com vigência plurianual, nos termos dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021, será considerado valor da contratação o montante equivalente ao período de 1 (um) ano de vigência contratual, na forma do §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Referência: Art. 75, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.2.5. Justificativa para não utilização preferencial de pagamento por meio de cartão de pagamento: A contratação por meio da emissão de Nota de Empenho ao invés da utilização de pagamento por meio de cartão, justifica-se por maior adequação operacional do pagamento via empenho e liquidação tradicional, uma vez que os serviços de comissaria aérea de bordo serão realizados de forma contínua, sob demanda, para fornecimento de refeições, contratados pelo período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. O serviço de comissaria está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, aplicando-se, subsidiariamente e no que couber, a Instrução Normativa nº 5/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017.

4.1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, com redação alterada pelo Decreto nº 10.183/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.1.5. Os serviços a serem contratados podem ser caracterizados como serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, aplicando-se, subsidiariamente e no que couber, a Instrução Normativa nº 5/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017.

Atividade de Custeio (Decreto nº 10.193/2019)

4.1.6. Ademais, trata-se de atividade de custeio, certificada na observância do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019.

4.1.6.1. O valor da presente contratação, conforme valor destacado em tópico específico deste estudo, caracteriza em contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo valor é inferior a R\$ 62.725,59 (Decreto nº 12.343/2024). Assim, será observado o previsto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços.

Do princípio da padronização e utilização de catálogo eletrônico de padronização

4.1.7. O princípio da padronização visa uniformizar os bens, serviços e obras contratados pela Administração, sempre que isso for tecnicamente possível e economicamente vantajoso, de modo que sejam evitadas variações desnecessárias de especificações existentes nas contratações realizadas pela Administração, mantendo as especificações uniforme e previamente definidas.

4.1.7.1. Este Estudo considerou, naquilo que se demonstrou compatível com a demanda, os aspectos técnicos atualmente executados por este Órgão somado às análises realizadas em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração, bem como pela padronização do objeto.

4.1.7.2. Neste sentido, o princípio da padronização foi observado para a presente contratação, pois possui como tipo de solução especificações técnicas uniformes e previamente definidas, uma vez que se trata de serviços de Comissaria Aérea de Bordo, sob demanda, para o fornecimento de alimentação em aeronaves da Força Aérea Brasileira - FAB, contratados usualmente pela Administração.

4.1.8. Para os fins do § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, declaramos que, neste momento (22 de agosto de 2025), os serviços de comissaria não integram o Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) do Governo Federal. Dessa forma, justifica-se, com base na ferramenta atualmente disponível, a sua não utilização no processo de contratação, conforme previsão legal, sendo adequadamente registrada essa inexistência de padronização.

4.2. Da classificação do objeto quanto ao modelo de execução

4.2.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que serviços de comissaria aérea de bordo, com vistas ao fornecimento de refeições e lanches para ser executado em aeronaves oficiais, em missões da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e comitiva é essencial e realizado de forma contínua, em seus deslocamentos oficiais, necessários ao desempenho das atividades finalísticas do Ministério. Dessa forma, a vigência plurianual mostra-se mais vantajosa, considerando a necessidade de prestação ininterrupta do serviço, a otimização de custos administrativos com renovações contratuais e a manutenção da regularidade e eficiência na execução do objeto.

4.3. Prazo de vigência contratual

4.3.1. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.4. Regime de Execução

4.4.1. O regime de execução será o da empreitada pelo preço unitário, uma vez que o preço dos serviços será fixado por unidade determinada, de modo que os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados, conforme a demanda do órgão.

4.5. Requisitos Gerais

4.5.1. A execução dos serviços deverá obedecer ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais legislações pertinentes.

4.5.2. A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, cujos profissionais apresentem a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços.

4.5.3. A contratada deverá seguir as normas estabelecidas e aplicadas pelo COMAER, INFRAERO ou correspondente, pela ANAC, ANVISA e demais entes de regulação.

4.5.4. A contratada deverá garantir, por sua conta, o acesso à Base Aérea de Brasília ou ao Aeroporto Internacional de Brasília, a fim de realizar a entrega dos itens solicitados dentro do prazo estipulado no Termo de Referência, devendo informar-se sobre as regras de acesso e cumprir os requisitos exigidos pelas autoridades competentes.

4.5.5. O preparo, a manipulação, o acondicionamento, o transporte e o descarte de alimentos deverão atender às mais estritas regras de higiene, de acordo com a resolução CNNPA nº 33/1977, que fixa normas gerais de higiene para assegurar as condições de pureza necessárias aos alimentos destinados ao consumo humano; resolução-RDC ANVISA nº 331/2019, portaria SVS/MS nº 326/1997 e portaria MS nº 1.428/1993, que tratam de regulamentação técnica e boas práticas para serviços de alimentação.

4.5.6. O serviço de comissaria aérea deverá ter abrangência nacional, sendo os pontos de decolagem o Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek e a Base Aérea de Brasília.

4.5.7. Não há eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.5.8. A prestação do serviço se dará sob demanda, conforme solicitação e gerência do contratante, de acordo com as necessidades das missões institucionais.

4.5.9. A contratada deverá apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.

4.5.10. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, sem custos adicionais aos estabelecidos nas propostas, tais como: copos descartáveis, guardanapo e demais materiais orçados.

4.5.11. Os materiais a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade, sendo terminantemente vedado o uso de material que esteja em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.5.12. Todos os serviços deverão ser executados dentro da mais perfeita técnica, obedecendo às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

4.5.13. Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados.

4.5.14. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.6. Critérios de Sustentabilidade

4.6.1. Com vistas à redução de impactos ambientais, deverá ser priorizada a utilização de materiais reciclados, reutilizados, atóxicos e biodegradáveis, bem como aqueles que reduzam a necessidade de manutenção. Essa diretriz está em consonância com a Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, com o Guia Nacional de Compras Sustentáveis (7ª edição, novembro de 2024), da Advocacia-Geral da União, AGU, e com a cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas, da Consultoria-Geral da União, CGU.

4.6.1.1 Conforme previsto no Guia Nacional de Compras Sustentáveis (7ª edição), a contratada deverá observar em suas atividades de serviços de alimentação a Resolução RDC ANVISA n. 216/04, que estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52/2014. A resolução prevê o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação, a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado.

4.1.1.2. A contratada deverá observar, além da Resolução supracitada, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.6.2. Ressalta-se que a Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021) estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como princípio fundamental a ser observado na aplicação da lei, reforçando essa orientação ao dispor que o incentivo à inovação e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável são objetivos do processo licitatório.

4.6.3. Dessa forma, a Contratada deverá adotar práticas de otimização do uso de recursos, redução de desperdícios e mitigação de poluentes, além de incorporar ações de sustentabilidade na execução dos serviços.

4.6.4. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos a serem ofertados na execução dos serviços, a Contratada deverá atender às diretrizes previstas no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, quais sejam:

I - os bens/produtos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricadas com materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

II - os bens não poderão conter substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas na Diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilas polibromadas (PBBs) e éteres difenílicos polibromados (PBDEs);

III - adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

IV - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados durante os voos;

V - fornecer aos empregados/colaboradores os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.6.5. Além disso, as contratações deverão estar alinhadas às políticas públicas de sustentabilidade vigentes no âmbito federal, em especial à Estratégia Federal de Desenvolvimento Sustentável (EFDS), instituída pelo Decreto nº 10.388/2020, que orienta a implementação de ações voltadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

4.6.5.1. No âmbito desta contratação de serviços de comissaria aérea, observa-se o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ao incentivar práticas que contribuam para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Entre os ODS contemplados, destacam-se: o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, por meio da priorização de alimentos provenientes da agricultura local e de fornecedores socialmente responsáveis; o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, mediante a observância das normas trabalhistas e a promoção de condições dignas de trabalho; e o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ao estimular a eficiência logística e a inovação nos processos de abastecimento. Ademais, a adoção de embalagens biodegradáveis, a redução do desperdício de alimentos e a gestão ambientalmente adequada de resíduos contribuem para o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e para o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, reforçando o compromisso institucional com a implementação da Estratégia Federal de Desenvolvimento Sustentável (EFDS).

4.7. Subcontratação

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Garantia de execução

4.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo consignadas:

4.8.1.1. Não se trata de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra que envolvem riscos trabalhistas;

4.8.1.2. Não existem riscos financeiros a serem cobertos em caso de inexecução;

4.8.1.3. A cobrança de garantia poderia caracterizar-se restritiva ao caráter competitivo da licitação;

4.8.1.4. O valor da garantia apresenta reflexo na composição de preços do licitante apresentando-se como um encargo econômico-financeiro que será repassado para a Administração sem representar um ganho efetivo para o contrato;

4.8.1.5. Em caso de desinteresse das empresas especializadas na prestação dos serviços de comissaria de bordo, tal situação custará o dispêndio de recursos financeiros e humanos para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, em razão da necessidade de repetição dos procedimentos de contratação, além de causar a solução de continuidade dos serviços e prejuízo à realização das atividades de competência da Ministra do MMA.

4.9. Vistoria

4.9.1. Não há necessidade de realização prévia do local de execução dos serviços devido às características do objeto.

4.10. Índice de Reajuste

4.10.1. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será adotado como índice de reajuste, justificando-se sua escolha por se tratar de um indicador oficial de inflação, utilizado pelo Governo Federal para medir a variação do custo de vida da população, orientar políticas econômicas, ajustar taxas de juros e servir de referência para a correção de salários em diversos setores, entre outras finalidades.

4.11. Critério de julgamento da proposta

4.11.1. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências no Aviso de Contratação Direta quanto às especificações do objeto.

4.12. Tratamento Favorecido a Microempresas e empresas de Pequeno Porte

4.12.1. Apesar de que o valor estimado anual da contratação ser de R\$ 39.596,19 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezenove centavos), o presente procedimento não será exclusivo a participação na dispensa de licitação não será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme informações a seguir:

4.12.1.1. Em observância ao disposto nos **arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006**, que estabelecem o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), inclusive quanto à **realização de licitações exclusivas** para esse público em contratações cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, procedeu-se à análise da aplicabilidade da medida ao objeto em questão.

4.12.1.2. Para tanto, foi realizada **pesquisa no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br)**, considerando contratações recentes realizadas **no âmbito federal e no Distrito Federal**, envolvendo objeto de natureza semelhante.

4.12.1.3. Os resultados apurados encontram-se consolidados no quadro a seguir:

Nº	Modalidade e nº da contratação	UASG / Órgão	Exclusividade ME/EPP	Participação (quantidade e porte)	Empresa vencedora	Porte da vencedora
	Dispensa	UASG 110001	-	1 participante (01 Não ME/EPP):	RA Catering do Brasil Ltda. UF:	Não ME

1	Eletrônica 90002/2025	Secretaria Administração / PR	Não exclusiva	1) 40.931.733/0003-26 - RA Catering do Brasil Ltda (não ME/EPP) - UF: Distrito Federal	Distrito Federal	/EPP
2	Dispensa Eletrônica 90003/2024	UASG 240101 - MCTI	Não exclusiva	5 participantes (03 Não ME/EPP e 02 ME/EPP): 1) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal. 2) 168.***-37 - Lucas de Oliveira Nascimento (não ME/EPP). UF: Rio de Janeiro 3) 40.931.733/0003-26 - RA Catering do Brasil Ltda (não ME/EPP) - UF: Distrito Federal. 4) 50.812.748/0001-67 - Basa Serviços (ME/EPP). UF: Paraná 5) 51.475.492/0001-02 - Unity Soluções e Serviços Ltda (ME/EPP)- UF: Distrito Federal	ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda. UF: Distrito Federal	Não ME/EPP
3	Pregão Eletrônico nº 90004/2025	UASG 40045 - MTPS	Não exclusiva	1 participante (01 Não ME/EPP): 1) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal.	ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda. UF: Distrito Federal	Não ME/EPP
4	Pregão Eletrônico nº 90350/2024	UASG 250110 - Ministério da Saúde	Não exclusiva	1 participante (01 Não ME/EPP): 1) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal.	ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda. UF: Distrito Federal	Não ME/EPP
5	Pregão Eletrônico nº 90011/2024	UASG 170607 - MGI	Não exclusiva	4 participantes (02 Não ME/EPP e 02 ME/EPP): 1) 51.475.492/0001-02 - Unity Soluções e Serviços Ltda (ME/EPP)- UF: Distrito Federal. 2) 40.931.733/0003-26 - RA Catering do Brasil Ltda (não ME/EPP) - UF: Distrito Federal. 3) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal. 4) 06.043.786/0001-00 - RNL Trade And Facilities Ltda - (Não ME/EPP) - UF: Goiás	RA Catering do Brasil Ltda.	Não ME/EPP
6	Pregão Eletrônico nº 90007/2024	UASG 240013 - MRE	Não exclusiva	3 participantes (01 Não ME/EPP e 02 ME/EPP): 1) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal. 2) 06.043.786/0001-00 - RNL Trade And Facilities Ltda - (Não ME/EPP) - UF: Goiás 3) 51.475.492/0001-02 - Unity Soluções e Serviços Ltda (ME/EPP)- UF: Distrito Federal.	ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda. UF: Distrito Federal	Não ME/EPP
				4 participantes (02 Não ME/EPP e 02 ME/EPP): 1) 37.848.888/0001-27 - ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda (não ME/EPP). UF: Distrito Federal.		

7	Pregão Eletrônico nº 90014/2024	UASG 200334 - MJ	Não exclusiva	2) 32.904.046/0001-21 - RPL Comércio e Serviços Ltda (ME/EPP). UF: São Paulo 3) 27.616.343/0001-31 - Máxima Refeições e Segurança Eletrônica Ltda (Não ME/EPP). UF: Distrito Federal. 4) 51.475.492/0001-02 - Unity Soluções e Serviços Ltda (ME/EPP)- UF: Distrito Federal.	ASAP Facilities de Conforto e Conveniência Ltda. UF: Distrito Federal	Não ME /EPP
---	---------------------------------	------------------	---------------	--	---	-------------

4.12.1.4. Com base nas informações coletadas, verificou-se que não há, no âmbito federal e do Distrito Federal, um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente, aptos a atender às exigências técnicas e operacionais do objeto.

4.12.1.5. Nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, combinado com o art. 49, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração poderá deixar de aplicar o tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 quando não houver, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

4.12.1.6. Dessa forma, considerando o mercado restrito identificado, com predomínio de 02 (duas) empresas de médio e grande porte, e o risco de ausência de competitividade efetiva em eventual processo de contratação exclusivo para ME/EPP, conclui-se pela inviabilidade de aplicação da reserva de exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da LC 123/2006.

4.12.1.7. Cumpre ressaltar que a presente justificativa não implica a exclusão dos benefícios gerais conferidos às ME e EPP, os quais permanecerão assegurados no processo de contratação, tais como:

- direito de preferência em caso de empate ficto (arts. 44 e 45 da LC 123/2006);
- possibilidade de regularização fiscal tardia (art. 43 da LC 123/2006).

4.12.1.8. Assim, em observância aos princípios da vantajosidade, isonomia e eficiência, e nos termos do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, deixa-se de aplicar, de forma motivada, o disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, adotando-se processo licitatório ou contratação direta **em caráter amplo**, com participação de todos os fornecedores que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.13. Margem de Preferência para algum item

4.13.1. A presente contratação não possui margem de preferência a bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileira e a bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento, uma vez que o objeto não está contemplado em resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS. A regulação de margem de preferência está prevista no Decreto nº 11.890/2024, que dispõe sobre a margem de preferência e cria a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, com atribuições de editar resoluções sobre produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais objeto de margem de preferência normal e margem de preferência adicional.

4.14. Qualificação Econômico-financeira.

4.14.1. Considerando não ser obrigatória em todos os casos a exigência exaustiva para a qualificação econômico-financeira, devendo ser adotada de forma proporcional, razoável e compatível com o porte, o valor e o risco do objeto da contratação. No presente caso, trata-se de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto refere-se à prestação de serviços de comissaria no Aeroporto de Brasília, a ser executada por empresa especializada no fornecimento de refeições e apoio logístico a bordo de aeronaves.

4.14.2. Após a análise técnica e de mercado, verificou-se que:

- o objeto da contratação não apresenta complexidade técnica significativa, consistindo em serviço padronizado e de natureza rotineira, com baixa variabilidade operacional;
- há número restrito de fornecedores habilitados e atuantes na localidade, o que indica mercado concentrado, e eventual restrição documental excessiva poderia reduzir a competitividade;
- o valor estimado da contratação não representa risco econômico-financeiro elevado, dada a forma de pagamento vinculada à efetiva execução dos serviços;
- a Administração dispõe de instrumentos eficazes de controle e fiscalização da execução contratual, o que reduz significativamente o risco de inadimplemento.

4.14.3. Dessa forma, não se revela necessária nem proporcional a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira exaustiva, uma vez que a avaliação do risco contratual não evidencia vulnerabilidade significativa quanto à capacidade financeira da contratada.

4.14.4. A dispensa em parte dessa exigência encontra amparo no princípio da proporcionalidade (art. 5º, inciso LIV, da CF/88), bem como no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de adotar exigências estritamente necessárias à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, evitando restrições indevidas à competitividade.

4.14.5. Assim, opta-se motivadamente por exigir parte da documentação de qualificação econômico-financeira, a ser estabelecida no Termo de Referência, considerando:

1. o vulto e a natureza da contratação, que não justificam a imposição de garantias adicionais;
2. o baixo risco de inadimplemento frente à previsibilidade da execução e às condições de pagamento; e
3. a necessidade de assegurar a competitividade mínima entre os poucos fornecedores atuantes no segmento de comissaria do Aeroporto de Brasília.

4.15. Qualificação Técnico-operacional

4.15.1 A contratada deverá comprovar o credenciamento junto à Inframerica, administradora do Aeroporto de Brasília, como prestadora de serviços auxiliares ao transporte aéreo, nos termos da Resolução nº 116, de 20 de outubro de 2009, da ANAC, em plena validade.

4.15.1.1. A exigência justifica tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, cuja execução ocorre nas dependências do Aeroporto Internacional de Brasília, torna-se necessária a exigência de comprovação de credenciamento ou autorização junto à operadora aeroportuária. Tal requisito tem por finalidade assegurar o atendimento às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, especialmente à Resolução nº 116/2009, que dispõe sobre os serviços auxiliares ao transporte aéreo aqueles prestados para apoio às operações do transporte aéreo. Assim, a exigência de documento hábil que comprove o referido credenciamento visa garantir a conformidade regulatória, a segurança operacional e a regularidade da atuação da futura contratada, sendo, portanto, condição essencial e proporcional ao atendimento das normas aplicáveis ao setor aéreo.

4.15.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.15.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- a) comprovação de experiência na prestação de serviço de Comissária Aérea.

4.16. Demais condições para qualificação técnica, estará prevista no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando-se que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima não executa esse serviço diretamente, o procedimento a ser adotado é a terceirização do serviço, por meio de contratação de empresa especializada nos serviços de comissaria, especificamente de *catering*, assim considerado o serviço de produção de refeições para atendimento às companhias aéreas, sendo a solução comumente utilizada por diversos órgãos do governo federal.

5.2. O setor de serviços de comissaria aérea em Brasília-DF, que envolve o fornecimento de alimentos, bebidas e outros serviços de bordo para aeronaves, é um segmento crucial, especialmente devido à presença significativa de voos oficiais e corporativos ligados ao Poder Público. Este mercado requer um alto padrão de qualidade e conformidade com normas rigorosas de segurança e higiene.

5.3. Neste segmento de mercado, a demanda do poder público visa atender comumente as seguintes necessidades:

- Atendimento a voos oficiais do governo, incluindo viagens presidenciais, ministeriais e de outras autoridades;
- Serviços personalizados para missões diplomáticas e delegações internacionais;
- Fornecimento de serviços de bordo para voos militares e de transporte de funcionários públicos entre diferentes estados e regiões; e
- Atendimento a eventos governamentais, conferências internacionais e cúpulas que requerem voos fretados com serviços de comissaria.

5.4. As empresas deste setor são especializadas em *catering* aéreo, com experiência em atender grandes demandas e requisitos específicos, contando com a utilização de sistemas avançados de gestão de *catering* para planejar e monitorar a produção e entrega dos serviços, bem como adotando tecnologias de segurança alimentar e controle de qualidade.

5.5. Tais empresas também necessitam de infraestrutura robusta para preparar e entregar grandes volumes de refeições e serviços com agilidade e precisão, bem como flexibilidade para adaptar menus e serviços, conforme as especificações dos diferentes tipos de voos e passageiros.

5.6. Em consulta ao Painel de Preços, constatamos que entre 2024 e 2025 foram realizadas diversas contratações de comissaria no Distrito Federal, de modo que resta evidente que a solução de mercado a ser utilizada é a contratação de empresa especializada em serviços de comissaria aérea.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A descrição da solução como um todo, consiste no fornecimento de refeições, incluso o serviço de *handling* (entrega feita diretamente na aeronave), que será efetuado sob demanda, de forma parcelada, por deslocamento.
- 6.2. O serviço de comissária aérea terá como principal ponto de decolagem o Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e a Base Aérea de Brasília. A prestação do serviço se dará sob demanda, conforme solicitação e gerência do contratante, de acordo com as necessidades das missões institucionais.
- 6.3. Nos fornecimentos de lanches/refeições, devem ser incluídos os serviços de *handling*, os quais deverão ser efetuados por veículo adequado ao transporte de alimentos.
- 6.4. Quando solicitado, devem ser disponibilizadas opções de refeições que atendam passageiros com restrições alimentares, como vegetariano, vegano, diabéticos, intolerantes a glúten e/ou lactose, dentre outros.
- 6.5. A solicitação do serviço pode ser feita em qualquer dia da semana, durante o dia ou à noite, inclusive aos finais de semana e feriados, devendo ser enviada à empresa, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressaltando, no entanto, que, em casos excepcionais, poderão ocorrer solicitações em regime de urgência, as quais serão encaminhadas em até 4 (quatro) horas antes da decolagem.
- 6.6. O serviço será solicitado previamente por servidor indicado para tal fim, por meio da emissão de Ordem de Serviço, no qual serão especificados todos os produtos necessários, a quantidade, a data, o local, o horário, dados da aeronave e demais informações pertinentes à demanda, sendo tal solicitação encaminhada por e-mail pela área demandante.
- 6.7. A solicitação poderá ser cancelada, parcial ou totalmente, desde que haja comunicação, com antecedência de 4 (quatro) horas da decolagem prevista, por telefone e e-mail.
- 6.8. Poderão ser realizadas pequenas alterações, via e-mail e telefone, com antecedência mínima de 4 (quatro) horas da decolagem.
- 6.9. As refeições/lanches deverão ser preparadas até 2 (duas) hora antes da decolagem do voo no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek ou da Base Aérea de Brasília, no local que se encontrar a aeronave, em quantidade discriminada em ordem de serviço, documento similar ou e-mail, enviado pelo fiscal de contrato.
- 6.10. Os serviços serão recebidos por servidor indicado para tal fim, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações, constantes no Termo de Referência.
- 6.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos em tempo hábil, para que não haja atraso na decolagem da aeronave, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 6.12. Por ocasião da entrega do material na aeronave, a Contratada deverá apresentar um recibo para assinatura (delivery) do oficial ou comissário destacado para o voo. Esse recibo deverá conter o detalhamento da comissaria entregue (de acordo com o pedido efetuado), com os preços unitários, incluindo o *handling* (serviço de entrega feita diretamente na aeronave), bem como o total de cada item.
- 6.13. Devem ser utilizados transportes adequados às aeronaves, com relação à carga e descarga do material, e compartimento de carga refrigerado, mantendo-se os itens perecíveis adequados para consumo.
- 6.14. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A Unidade Requisitante definiu a cesta de produtos e suas quantidades estimativas, com base no histórico de consumo do contrato atual, bem como da projeção das viagens a serem realizadas nos próximos 12 meses pela Ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA e sua comitiva.

Planilha de Custos		
Item	Especificação do Objeto	Quantidade

1	Açúcar individual sachê 5 g	96
2	Adoçante sucralose sachê 6 g	96
3	Água mineral sem gás 500 mL	200
4	Água mineral com gás 500 mL	200
5	Água de coco 330 mL	100
6	Refrigerante diet, light, zero lata 350 mL	60
7	Refrigerante normal lata 350 mL	60
8	Suco light caixa 1 L (sabores: laranja, caju, pêssego e uva)	80
9	Cappuccino comum sachê 20 g	60
10	Café solúvel individual 20 g	80
11	Azeite de Oliva extra virgem sachê 4 mL	190
12	Sal individual sachê 8 g	190
13	Geladeira de isopor 36 L (caixa térmica)	48
14	Gelo em cubo de 4 kg	48
15	Gelo seco (por kg)	24
16	Guardanapo (resistente, folha dupla 34x34)	200
17	Copo biodegradável 200 mL	400
18	Frutas fatiadas porção individual	200
19	Café da Manhã - sugestão: Frio/Quente	190
20	Lanche - sugestão: Frio/Quente	64
21	Sanduíches - sugestão: Frio/Quente	64
22	Salgados	64

23	Almoço/Jantar quente - Massas e Risotos	44
24	Almoço/Jantar quente - Aves	60
25	Almoço/Jantar quente - Carnes	44
26	Almoço/Jantar quente - Peixes	44
27	ENTREGA - <i>Handling</i>	48

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.596,19

8.1. Para definição dos valores estimados ou referenciais da contratação, foi realizada a Pesquisa de Preços nº 64/2025, com consultas efetuadas no Painel de Preços, em Contratações Similares e por cotação direta, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.2. Conforme a Nota Técnica referente à mencionada pesquisa, foram desconsiderados os preços excessivamente elevados — definidos como aqueles superiores à média das propostas acrescida de 25%, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preços (Anexo I ao Estudo Técnico Preliminar).

8.3. Para a cotação direta, adotou-se como parâmetro de consulta as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

8.4. A definição do preço estimado considerou o coeficiente de variação, indicador que expressa a oscilação dos valores obtidos em relação à média.

8.4.1. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, hipótese em que se adota a média aritmética como critério de definição do valor de mercado. Quando o percentual for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos que distorcem a média, recomendando-se, nesses casos, a utilização da mediana como parâmetro para definição do preço médio.

8.4.2. Tal procedimento fundamenta-se no Manual de Orientação do Superior Tribunal de Justiça – Pesquisa de Preços (4ª edição, p. 33).

8.5. Dessa forma, foi adotada a mediana dos preços para os subitens 2, 4, 7, 10, 11, 15, 16 e 18, e a média para os demais subitens.

8.6. Assim, apurou-se que o valor total estimado para 12 (doze) meses de contratação é de **R\$ 39.596,19** (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezenove centavos), conforme tabelas a seguir:

--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	VL TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Comissaria Aérea de Bordo, sob demanda, para fornecimento de refeições, incluso o serviço de <i>handling</i> (entrega feita diretamente na aeronave) no Aeroporto Internacional de Brasília e na Base Aérea de Brasília, nas viagens nacionais e internacionais da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e comitiva, realizadas por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira – FAB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	17779	Serviço anual	39.596,19

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar individual sachê 5 g	96	R\$ 0,12	R\$ 11,90
2	Adoçante sucralose sachê 0,6 g	96	R\$ 0,35	R\$ 33,60
3	Água mineral sem gás 500 ml	200	R\$ 2,97	R\$ 594,86
4	Água mineral com gás 500 ml	200	R\$ 4,39	R\$ 877,00
5	Água de coco 500 ml	100	R\$ 9,01	R\$ 901,00
6	Refrigerante Diet/light/zero lata 350ml	60	R\$ 5,49	R\$ 329,31
7	Refrigerante Normal lata 350ml	60	R\$ 5,50	R\$ 330,00
8	Suco light caixa 1lt (sabores: laranja, caju, pêsego e uva)	80	R\$ 13,95	R\$ 1.115,82
9	Cappuccino comum sachê 20 g	60	R\$ 2,43	R\$ 145,56
10	Café solúvel individual 1,3 g	80	R\$ 2,67	R\$ 213,20
11	Azeite de Oliva extra virgem sachê 4 ml	190	R\$ 2,19	R\$ 416,10
12	Sal individual sachê 1 g	190	R\$ 0,05	R\$ 8,55
13	Geladeira de isopor 36 L (caixa térmica)	48	R\$ 68,01	R\$ 3.264,40
14	Gelo em cubo de 4 kg	48	R\$ 11,44	R\$ 549,30
15	Gelo seco (por kg)	24	R\$ 41,16	R\$ 987,84
16	Guardanapo (resistente, folha dupla 34x34)	200	R\$ 10,87	R\$ 2.174,00
17	Copo biodegradável de 200 mL	400	R\$ 1,20	R\$ 480,00
18	Frutas fatiadas porção individual	200	R\$ 10,23	R\$ 2.045,00
19	Café da Manhã - sugestão: Frio/Quente	190	R\$ 36,82	R\$ 6.996,04
20	Lanche - sugestão: Frio/Quente	64	R\$ 31,15	R\$ 1.993,47
21	Sanduíches - sugestão: Frio/Quente	64	R\$ 12,17	R\$ 778,61
22	Salgados	64	R\$ 6,25	R\$ 400,21
23	Almoço/Jantar quente - Massas e Risotos	44	R\$ 58,60	R\$ 2.578,40
24	Almoço/Jantar quente - Aves	60	R\$ 62,60	R\$ 3.755,93
25	Almoço/Jantar quente - Carnes	44	R\$ 63,67	R\$ 2.801,38
26	Almoço/Jantar quente - Peixes	44	R\$ 61,89	R\$ 2.723,01
27	ENTREGA - <i>Handling</i>	48	R\$ 64,41	R\$ 3.091,68
TOTAL			R\$ 589,56	R\$ 39.596,19

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Por se tratar de item único, não se vislumbra possibilidade de parcelamento. Pois, trata-se da contratação de serviço de comissaria aérea, compreendendo o fornecimento de refeições em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

9.2. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.3. Observa-se, contudo, que o fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, uma vez que a logística envolvida no fornecimento tempestivo dos itens advindos da prestação de serviços desaconselha a multiplicidade de fornecedores, em virtude do incremento das possibilidades de atraso. Ademais, considerando que os custos fixos de operação seriam diluídos em contratos de menor monta, mostrar-se-ia antieconômica a mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos itens que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração.

9.4. Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único fornecedor para a prestação do serviço, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esta contratação substituirá a Nota de Empenho 2024NE000658 (SEI 1856070) com força de contrato, em favor da empresa **ASAP FACILITIES SERVICOS DE CONFORTO E CONVENIENCIA LTDA.**, que terá sua vigência encerrada dia 18/12/2025.

10.2. Ressalta-se que, apesar do contrato vigente com o objeto semelhante, não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

Nome da Futura Contratação: Comissaria
ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2025
Última atualização PNCP: 20/05/2025
Data de publicação no PNCP: 10/05/2024

Id do Item no PCA: 28
Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
Identificador da Futura Contratação: 440001-35/2025

DFD 67/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O negócio de empresas de catering é produzir refeições para as companhias aéreas, isto é, são responsáveis pelo suprimento dos voos. Abrange toda a preparação dos alimentos e a logística necessária, desde receber os insumos, preparar e até enviar ao seu destinatário, com a garantia de excelência e padronização de seus produtos.

12.2. Considera-se que a empresa a ser contratada possua expertise na prestação de serviços de comissaria aérea, além de contar com um volume de contratos que comprove sua capacidade de ofertar um serviço de preço e qualidade aceitáveis.

12.3. O serviço de Comissaria de Bordo para as aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), utilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e respectiva comitiva, nos deslocamentos oficiais nacionais e internacionais, proporcionará:

- a) Busca de qualidade e melhores custos para o serviço de comissaria aérea;
- b) Uniformização de procedimentos para realização de prestação de serviços em voos nacionais e internacionais;
- c) Eficiência e especialização das atividades finalísticas;
- d) Atendimento adequado e especializado a ser realizado por empresa que atua no ramo de prestação de serviços de comissaria;

e) Promoção do suporte logístico e operacional necessário para a realização e a organização direta da prestação de serviços de comissaria, sem necessidade de aquisição de materiais e produtos em excesso.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2024:

14.1.1. A Contratada deverá observar a Resolução RDC ANVISA nº 182, de 13 de outubro de 2017, que estabelece os procedimentos de boas práticas para a industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais. Deverá também cumprir a RDC ANVISA nº 724, de 2022, que consolida e atualiza os padrões microbiológicos para alimentos, em substituição à RDC nº 331/2019 e à IN nº 60/2019. Além disso, a Contratada deve cumprir toda a legislação aplicável dos órgãos de vigilância sanitária estadual, distrital e municipal.

14.1.2. A Contratada deverá seguir as recomendações ambientais, no que tange ao descarte dos resíduos sólidos resultantes da execução dos serviços, promovendo o descarte adequado, respeitável e consciente (Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).

14.1.3. O serviço prestado deverá, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos, bem como, observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267/2000 (Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A equipe de planejamento declara viável a contratação em comento, com base no presente Estudo Técnico Preliminar, com fulcro no inciso XIII, do art. 9º, da IN nº 58/2022 SEGES/ME.

15.1.2. A contratação mostra-se viável técnica e economicamente, sendo imprescindível para a eficiência da execução dos serviços auxiliares, instrumentais e acessórios aos assuntos que constituem área de competência legal dessa Instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

POLLYANE BARBOSA REZENDE

Integrante de Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 15:50:32.

JOSEANE SEABRA MARTINS

Integrante de Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 17:02:29.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Integrante de Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 15:56:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa Comparativo de Preços Comissaria Aérea 2025.xlsx (41.93 KB)
- Anexo II - Anexo II do ETP_documentos justificativa Não exclusividade ME-EPP.pdf (1.01 MB)